

DINÂMICA URBANA E VIOLÊNCIA LETAL: ANÁLISE ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM MANAUS

Fabrcio de Almeida Neves¹³

Arnaldo Costa Gama¹⁴

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica territorial da mortalidade por homicídios dolosos em Manaus no período de 2018 a 2020, visando subsidiar o planejamento de políticas públicas de segurança e estudos sobre as desigualdades sociais e urbanas. Como objetivos específicos, busca-se: (1) mapear a distribuição espacial dos homicídios na cidade, identificando padrões territoriais e áreas de concentração dos casos; (2) avaliar a relação entre a dinâmica urbana e os fatores de risco associados à violência letal, com base em dados secundários e indicadores socioeconômicos; e (3) identificar o perfil das vítimas de homicídio doloso no município, considerando variáveis como sexo, idade, raça/cor e local de ocorrência. Pesquisa exploratória-descritiva com análise quanti-qualitativa de Boletins de Ocorrência (2018-2020) da SSP-AM, dados do IBGE e bases territoriais, utilizando QGIS para georreferenciamento e análise espacial de homicídios, complementada por revisão bibliográfica sobre violência e segregação urbana. A pesquisa pretende, assim, oferecer subsídios para a compreensão da violência urbana em Manaus, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam maior equidade socioespacial e segurança pública na capital amazonense.

Palavras-chave: Urbanização, Conflitos urbanos, Violência, Manaus.

URBAN DYNAMICS AND LETHAL VIOLENCE: SPATIAL ANALYSIS OF HOMICIDES IN MANAUS

ABSTRACT: The general objective of this study is to analyze the territorial dynamics of the intentional homicide mortality in Manaus from 2018 to 2020, in order to support the planning of public security policies and studies on social and urban inequalities. The specific objectives are: (1) to map the spatial distribution of homicides in the city, identifying territorial patterns and areas where cases are concentrated; (2) to assess the relationship between urban dynamics and risk factors associated with lethal violence, based on secondary data and socioeconomic indicators; and (3) to identify the profile of victims of intentional homicide in the municipality, considering variables such as gender, age, race/color and place of occurrence. This is an exploratory-descriptive study with a quantitative-qualitative analysis of police reports (2018-2020) from SSP-AM, IBGE data and territorial bases, using QGIS for georeferencing and spatial analysis of homicides, complemented by a literature review on violence and urban segregation. The research thus aims to provide input for understanding urban violence in Manaus, contributing to the formulation of strategies that promote greater socio-spatial equity and public safety in the Amazonian capital.

KEYWORDS: Urbanization, Urban Conflicts, Violence, Manaus.

13 Esp. em Gestão Pública Aplicada à Segurança (UEA); Atual em área de gestão estratégica em Segurança Pública, é Capitão da Polícia Militar do Estado do Amazonas, E-mail: fabricao_almeida21@hotmail.com

14 Dr em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN), Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA), Especialista em Segurança Pública e do Cidadão (UEA); Atua na área Dinâmica Regional, Planejamento Urbano, Crime e Cidades, Gestão da Segurança Pública, é 1º Tenente da Policial Militar do Estado do Amazonas, <https://orcid.org/0000-0002-6500-9538>, <https://lattes.cnpq.br/3877335159680816>, E-mail: arnaldo.gama@gmail.com.

1 Introdução

O século XX foi marcado pela urbanização no mundo, em que a maioria das pessoas estão habitando as grandes metrópoles. Neste sentido, a cidade tem o papel fundamental na história das sociedades (Maricato, 2011). Até meados do século XX as cidades eram pequenas, distantes uma das outras e seus moradores, camponeses. Com o advento da industrialização - inclusive a tardia - as pessoas que antes moravam no campo passaram a morar nas cidades, dando início ao processo da urbanização o que gerou novas dinâmicas sociais, entre elas, os conflitos urbanos, com destaque para a violência urbana.

O Brasil passou por vários períodos de violência ao longo de sua história (Costa, 1999). Durante o regime militar (1964-1985), o Estado brasileiro promoveu violência política, perseguindo e torturando os insurgentes e opositores políticos. Esse período foi marcado por uma forte repressão e censura, além de uma série de violações dos direitos humanos. Nos anos 80 e 90, o Brasil passou por um período de intensificação da violência urbana, especialmente nas grandes cidades (Beato, 2012). Esse período foi marcado por um aumento no número de homicídios, assaltos e outros crimes violentos, que geraram um sentimento de medo e insegurança na população.

A falta de políticas públicas efetivas para combater a violência, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a falta de acesso à educação e à saúde foram alguns dos fatores que contribuíram para o aumento da violência nas cidades brasileiras (Zaluar, 1996). Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um novo período de violência, marcado pelo aumento da violência policial, dos conflitos agrários e ambientais, da violência contra a população LGBT, negra e indígena.

Além disso, o país tem enfrentado uma crise na segurança pública, com poucos recursos financeiros e de pessoal, aumento do número de violência, como de homicídios e outros crimes violentos em várias regiões do país (Cerqueira *et al*,

2021). É importante destacar que a violência no Brasil não é um fenômeno isolado, mas está relacionada a questões estruturais como a desigualdade social, a falta de acesso a direitos básicos e a corrupção (Beato, 2012).

O estilo de vida presente no urbano está envolto nessas relações entre o homem e a sociedade perpassando pela cidade. Nos apontamentos de Carlos (2007) a cidade é uma construção humana, uma produção social constituída por diversos acontecimentos, entre eles, o trabalho enquanto forma de ocupação e outras circunstâncias. Assim, a cidade apresenta lugares estratificados para determinada ação, de produção, consumo, habitação ou vivência, e isso tem a ver com a (re) produção do espaço, como afirma a autora:

O ser humano necessita viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si, não é meramente ocupar uma parcela do espaço, tal ato envolve o de produzir o lugar [...] ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...] a vida material do indivíduo relações para além da pura reprodução física; constitui um modo de vida determinado (Carlos, 2007. p.45).

Essa (re) produção do espaço é vivido no cotidiano das pessoas que habitam as cidades como forma de ocupação de determinado lugar e que se utilizam desses em momentos determinados. A cidade se torna singular, concentra a produção de forma geral, de grande circulação, de mercados e atividades diversas: todo o processo é concentrado na cidade, daí uma das justificativas para a urbanização nas polis.

O urbano aparece hoje nas ciências humanas e sociais como ponto de partida para se estudar os acontecimentos diversos da sociedade humana. Por isso o fenômeno urbano é universal, nas palavras de Lefebvre (1999), “uma realidade global”. Assim a urbanização nasce no contexto da industrialização, mas não a considera como sendo o subproduto daquela. O urbano é um lugar de enfrentamentos e

confrontos, uma singularidade de contradições, afirma Martins (1999).

O processo de urbanização, na teoria de John Palen (1975), deve ser entendido como um processo social e espacial que modifica a vida das pessoas em determinado espaço. Palen afirma que as regiões rurais podem se transformar em urbanas. O conjunto dessas histórias é que nos dá a teoria da urbanização: "é um processo em transformação. No Brasil, o processo da urbanização acompanhou a industrialização que ocorreu nas principais capitais. Entre as regiões, a Sudeste se destacou e em poucos anos foi se espalhando para outras regiões, afirmando a característica do capitalismo que emergiu na segunda metade do século XX.

Com a emergência do processo da industrialização e urbanização houve avanços significativos em algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras. A população passa a habitar essas cidades a procura de condições de vida melhor, mas esses centros urbanos também apresentam grandes contradições no meio urbano, o que tem afetado a vida dessas pessoas que habitam esses espaços sociais, como é o caso da violência no município de Manaus. O que direciona para o questionamento: os crimes de homicídios dolosos têm impactado a dinâmica territorial na cidade de Manaus? Para este estudo foram buscadas informações no banco de dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP), com destaque para os homicídios dolosos no município de Manaus, no período de 2018 a 2020, descritos por zona administrativas, bairros e Distritos Integrados de Polícia na capital.

Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a dinâmica territorial da mortalidade por homicídios dolosos na capital do Amazonas, no período de 2018 a 2020, com o intuito de subsidiar o planejamento de políticas públicas de segurança e contribuir para a mitigação de desigualdades sociais e urbanas. Assim, mapear a distribuição espacial dos homicídios na cidade,

evidenciando padrões territoriais e possíveis áreas de concentração dos casos; avaliar a relação entre a dinâmica urbana e os fatores de risco à violência letal, com base em dados secundários e indicadores socioeconômicos, bem como, identificar o perfil das vítimas de homicídio doloso no município de Manaus, considerando variáveis como sexo, idade, raça/cor e local de ocorrência.

2 Dinâmica Urbana e Criminalidade

A dinâmica urbana contemporânea no Brasil é marcada por profundas desigualdades socioespaciais, que influenciam diretamente os índices de violência e criminalidade, especialmente no que diz respeito aos homicídios dolosos intencionais (Cerqueira *et al.*, 2023). Enquanto o país apresenta taxas altas de assassinatos, a região Norte destaca-se como uma das mais violentas, refletindo problemas estruturais como exclusão social, precariedade institucional e expansão urbana desordenada (FBSP, 2023).

Segundo Souza (2008), a segregação espacial nas cidades brasileiras cria "guetos" em que a ausência do Estado e a concentração de pobreza favorecem a emergência de economias ilegais e o domínio de facções criminosas. Essa lógica é evidente em capitais como Manaus e Belém, onde o crescimento urbano acelerado, sem planejamento adequado, resultou em periferias marcadas por infraestrutura precária e altos índices de homicídios. Para Zaluar (2004), a violência urbana não é um fenômeno isolado, mas sim um produto histórico da combinação entre desigualdade, falência das políticas públicas e cultura da violência masculina, que se manifesta em taxas elevadas de mortes entre jovens negros e pobres.

Os dados do Atlas da Violência (2023) revelam que a região Norte possui uma taxa de homicídios superior à média nacional, com estados como Pará e Amapá figurando entre os mais perigosos. Waiselfisz (2015) argumenta que essa realidade está associada à combinação entre urbanização precária, presença do crime organizado e baixa efetividade das instituições de segurança

pública. Além disso, a expansão de rotas do tráfico de drogas e a disputa por territórios entre facções exacerbam a violência, principalmente em áreas periféricas. Caldeira (2000) complementa essa perspectiva ao destacar que o "medo do crime" transforma a dinâmica urbana, levando ao isolamento das elites em condomínios fechados e ao abandono dos espaços públicos, o que, por sua vez, fragiliza o controle social e facilita a ação de grupos criminosos.

Outro fator relevante é a influência da economia ilegal na dinâmica urbana da Região Norte. Alba Zaluar (2012) ressalta que cidades localizadas em rotas de narcotráfico ou com atividades de garimpo ilegal, como Altamira (PA), apresentam índices de homicídios acima da média devido aos conflitos por controle desses mercados. Diante desse cenário, a redução da violência exige a ocupação qualificada dos territórios periféricos, com acesso à educação, emprego e serviços básicos, rompendo o ciclo de exclusão que alimenta a criminalidade (FBSB, 2023).

2.1 Processo de urbanização no Brasil contemporâneo

O crescimento das cidades e a urbanização foi um impactou significativamente a vida das pessoas nos tempos modernos. A cidade não é apenas um local de moradia, de trabalho do homem moderno, mais como centro indicador e controlador da vida econômica, social, política e cultural que ainda continua atraindo pessoas, dos lugares mais remotos da terra, para ambientes que interligam diversos povos e atividades em um enorme universo (Wirth, 1967).

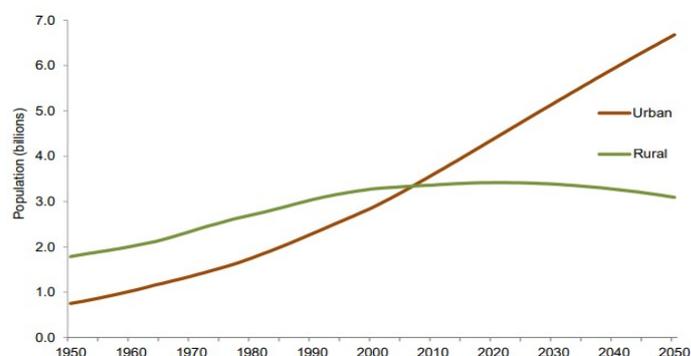
São nas transformações urbanas, que nascem as discontinuidades, que surgem os processos globais (industrialização/urbanização) dando lugar aos subúrbios, conjuntos residenciais, complexos industriais, aglomerados satélites tornando as cidades médias e pequenas dependentes da cidade grande. A urbanização chegou a todas as cidades com maior fluidez, passando a se interligarem nas redes e nos fluxos, e o mundo

passou a ser habitado na sua maioria nos espaços sociais da cidade (Lefebvre, 1999).

Alguns autores afirmam que o século XXI será o da transformação da urbanização no mundo (Ferreira, 2019; Lemos, 1994). O processo de urbanização não deve ser entendido como uma simples mudança territorial do campo para cidade, com maior concentração nas cidades grandes e médias. Esse processo é responsável por grandes transformações, como explica Lemos (1994):

Novas relações de produção são criadas, distribuição e consumo, tanto nas atividades agrárias como nas atividades industriais. Restam destes processos mudanças geradas num maior desenvolvimento das classes sociais em conflito, acentuando nas contradições e grandes efeitos a nível de formação territorial (Lemos, 1994. p.80). Dados do relatório das Nações Unidas, World Urbanization Prospects (WUP, 2014) a população no mundo poderá ter um crescimento a 66% até 2050, com destaque para as áreas urbanas.

Gráfico 1: Estimativa da População urbana e rural no mundo 1950 - 2050.



Fonte: World Urbanization Prospects - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, 2018).

O aumento das populações urbanas a partir de 1970, contribuiu para o surgimento das megacidades no mundo, como foi o caso da Cidade do México, Buenos Aires e Pequim. Foi no século XXI a partir dos anos 2000 a 2010 que a urbanização se efetivou. Os principais continentes com maiores aglomerações de pessoas morando nas cidades serão a Ásia e África, provavelmente, afirma o relatório da ONU, sendo o crescimento da população ao redor

do mundo atingirá cerca de 2,5 bilhões de pessoas habitando as cidades, ocasionando maiores conflitos sociais, ambientais, econômicos, entre outros (WUP, 2014).

No Brasil, foi a partir de 1930, que as transformações urbanas começaram a ganhar corpo com as iniciativas políticas do governo para o

crescimento industrial. As indústrias se concentravam na capital paulista e aos poucos se transformou em uma capital mundial, detentora da modernidade, dos pólos fabris, se tornando centro das diversas atividades, atraindo grande número de pessoas de todo o país

Tabela 1: Evolução da População Rural e Urbana Brasileira, no período de 1950 a 2010.

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa Geométrica de Crescimento da População Urbana por ano (%)	Taxa Geométrica de Crescimento da População Rural por ano (%)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1950	18.782.891	33.161.506	-	-	36,2	63,8
1960	32.004.817	38.987.526	5,5	1,6	45,1	54,9
1970	52.904.744	41.603.839	5,2	0,7	56	44
1980	82.013.375	39.137.198	4,5	-0,6	67,7	32,3
1991	110.875.826	36.041.633	2,8	-0,8	75,5	24,5
1996	123.076.831	33.993.332	2,1	-1,1	78,4	21,6
2000	137.953.959	31.845.211	2,9	-1,6	81,3	18,8
2010	160.925.804	29.829.995	1,6	-0,7	84,4	15,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Segundo dados do IBGE (2010) foi a partir de 1950 que a população brasileira passou de predominantemente rural à majoritariamente urbana em menos de 40 anos, como aponta o censo 2010. Em 1950 a população urbana alcançou 36%, em 1980 chegou a 70% da população do país (Tabela 1). Em 50 anos de estudo (1960 a 2010) o Brasil urbano cresceu 402%, passando de 32 milhões para 160 milhões de pessoas.

2.2 Evolução demográfica com o censo 2022

O Censo demográfico 2022 revela que o país atingiu a marca de 203,1 milhões de habitantes, um aumento de 6,5% em relação ao censo demográfico anterior, realizado em 2010. Esse crescimento populacional tem impactos significativos em diversos aspectos da sociedade brasileira. A taxa de crescimento anual da população do país foi de 0,52%, a menor desde o primeiro censo realizado em 1872. Esse dado pode ser explicado por diversos fatores como a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população e a migração interna e internacional.

A região Sudeste é a mais populosa do país, com 84,8 milhões de habitantes, o que representa

41,8% da população brasileira. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram quase 40% da população do país. Já a região Centro-Oeste é a menos populosa, com 16,3 milhões de habitantes.

Dos 20 municípios mais populosos do país, 17 são capitais e concentram 22% da população total. Os outros três municípios que aparecem no ranking são Guarulhos e Campinas, no Estado de São Paulo, e São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. A cidade de São Paulo/SP lidera o ranking com 11,5 milhões de habitantes, seguida pelo Rio de Janeiro, com 6,2 milhões e Brasília com 2,8 milhões. O município de Manaus aparece em sétimo no ranking, com 2.063.547, cresceu 14,51% em mais de 10 anos. Por sua vez, a população total do Estado do Amazonas em 2022 é de 3.941.175, com aumento de 475.190 pessoas, ou seja, 13,12% da população total do estado, de 2010 a 2022.

Essa concentração populacional na capital do Amazonas pode ter impactado na dinâmica da violência? Pode ter impactos significativos em diversos aspectos na sociedade brasileira, como a demanda por serviços públicos, a pressão sobre os recursos naturais e a dinâmica do mercado de

trabalho. Além disso, essa distribuição disforme da população pode agravar problemas como desigualdade social, pobreza e violência, assim corroborando para a violência em determinados espaços da cidade (Beato, 2012; FBSP, 2023; Zaluar, 2012).

2.3 Conceituando a violência urbana

O fenômeno da violência ultrapassou fronteiras e faz parte de nossa história e deve ser entendida como parte das relações sociais existentes nas sociedades. Na *modernidade tardia*¹⁵, os conflitos no meio urbano, principalmente das grandes cidades, vêm se tornando cenário de manifestações violentas, acirrando-se os confrontos (Adorno, 2002). A nostalgia da vida bucólica e tranquila, que antes existiam nas cidades, deu lugar a ambientes degradados, violentos e sem nenhuma segurança.

Os estudos para tentar explicar o fenômeno da violência urbana deixou de ser meramente jurídico e voltou-se para questões sociológicas, geográficas, econômicas, demográficas e etc, em que as interpretações são voltadas para as inter-relações da vivência em sociedade com o meio ambiente (Santos, 2010). Entende-se o fenômeno da violência cidadina como complexo, ocorrido principalmente na urbe, ceifando vidas de homens e mulheres em plena força de trabalho, diante de homicídios.

Neste sentido, compreende-se o conceito de violência, segundo observado no Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde das Nações Unidas de 2015, como sendo o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2015).

Nos apontamentos de Pereira (1975. p. 26) a violência em si “é o ato contrário à razão, à justiça, ato veementemente, resultante do emprego da força para a solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo”. Tanto Pereira quanto a OMS consideram o fenômeno de conceituação complexa, polissêmica e controversa, neste sentido a violência está voltada para questões mais amplas de saúde como acidentes de trânsito e de morbidade. No mesmo sentido, “A violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual” (Minayo, Souza, 1998. p.514).

É um conceito difuso que abrange diversas questões sociais mundiais em que os meios de comunicação versam sobre os acontecimentos para disseminação das informações que aguçam os olhares via televisão e nas mídias sociais. Não há uma definição consensual sobre o conceito, assim Minayo e Souza (1998) apontam dois caminhos para o entendimento: a) a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas e sociais, buscando fundamentos na etologia e na sociobiologia, relacionando-as à natureza; b) a violência é um fenômeno de causalidade apenas social, ocorrida pela perca da ordem, ou pela vingança dos oprimidos, ou ainda pela falta do Estado.

É nessa tessitura que se fundamenta a violência urbana. A violência urbana está presente principalmente nos aglomerados suburbanos, nas periferias, em locais que a “mão” do Estado não chega. Essa violência urbana aparenta estar nos processos da fragmentação social, desagregação dos princípios organizadores da solidariedade, a crise da concepção tradicional dos direitos sociais em oferecer um quadro para pensar os excluídos, afirma Hobsbawm (2000).

15 Anthony Giddens (1991) conceitua a modernidade tardia como uma fase posterior da sociedade moderna, caracterizada por mudanças nas relações sociais, na individualização, na globalização e na reflexividade, que trazem desafios e oportunidades únicas. Suas ideias

forneceram uma perspectiva para entender as transformações sociais e culturais das últimas décadas. Ver Giddens, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

Estamos diante de processos de massificação paralelos a processos de individualismo exacerbado e de solidão narcisista. Rompe-se a consciência coletiva da integração social, há um declínio dos valores coletivos e com o crescimento de uma sociedade extremamente individualista (Hobsbawm, 2000. p. 136).

A violência que assola o território urbano está na compreensão do impacto da globalização econômica e no modo de produção destas, o que impõem romper a coesão social, forçando essa população à pobreza e na violência que se espalha, não só pelos territórios urbanos, como em municípios próximos a metrópole.

Descrever sobre a violência urbana é compreender a tática dos pobres exasperados pela espera, as estratégias permeadas por objetivos incertos e motivações obscuras; é conhecer o método que empregam para alimentar-se, quando suas mesas estão vazias e não lhes é mais oferecida a oportunidade de se proletarizar. Descrever sobre a violência urbana é tentar falar de lutas anônimas. Quando as armas de sobrevivência substituíram a pá, a foice e o martelo, passamos a falar de guerras ocultas que deixam transparecer apenas a violência urbana (Pedrazzini, 2006, p. 14).

Pedrazzini direciona para conflitos aparentes no cotidiano urbano e tem se intensificado com o advento das facções criminosas, dos conflitos sociais urbanos que se afluem, na força bruta e letal, como no fenômeno dos homicídios. Corroborando com a multiplicidade de eventos no meio urbano, Misse (2006) afirma que a violência urbana decorre com maior visibilidade nos aglomerados das metrópoles.

[...] que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de

diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas (Misse, 2006. p. 11-12).

O que se tem observado nesses acontecimentos violentos letais nas cidades são eventos ligados à complexidade de estilo de vida e outros existentes nos aglomerados urbanos metropolitanos, como apresentado por Misse. No entanto, Beato (2002) traz o conceito de violência urbana como uma teoria macrossocial, voltados para os fatores de risco que apontam para o recrudescimento de vertentes da violência urbana “o interesse recai sobre os fatores de riscos que predispoem ao crime, tais como a concentração da pobreza, as estruturas de oportunidades à disposição de populações excluídas, o declínio do capital social ou a socialização de gênero” (Beato, 2012, p. 28).

Nesse sentido, a violência urbana na sociedade brasileira está ligada a conflitos emergentemente globais, vinculados às questões econômicas, desarmonia social, a falta das instituições sociais concretas (família, o direito, sistema educacional, drogas e armas, etc). É preciso entender o processo histórico-cultural-econômico global que molda as sociedades nos espaços sociais urbanos do mundo contemporâneo para buscar entender a complexidade do fenômeno.

2.4. A complexidade da violência urbana no Brasil

A violência é um problema grave no Brasil, afetando diversas comunidades e grupos minoritários (Cerqueira *et al*, 2021)¹⁶. A violência envolve causas complexas e multifacetadas, podendo incluir fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. Entre as principais causas da violência no Brasil estão a desigualdade social e econômica, a falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e segurança, a discriminação racial e de gênero, a falta de oportunidades de emprego e

16 Os dados podem ser acessados no endereço eletrônico: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/213/atlas-2021-em-infograficos>

renda, a corrupção, a impunidade, o tráfico de drogas e armas, entre outros. Além disso, a violência, como nos casos de homicídios dolosos, pode ser alimentada por conflitos entre grupos rivais, disputas territoriais, vinganças pessoais, entre outros fatores.

Cerqueira et al (2021) ressalta que a violência pode levar a uma deterioração dos dados da saúde, este em que mais de 70% dos assassinatos são cometidos com armas de fogo. Os relatórios oficiais e de organizações não governamentais diagnosticam que a maioria das vítimas de homicídio no país são negras, com uma chance 2,6 vezes maior de ser assassinado em comparação com um não

incluindo um aumento no número de mortes violentas e uma diminuição na expectativa de vida, que pode sobrecarregar o sistema de saúde, tornando mais difícil para as pessoas receberem o tratamento adequado.

Os questionamentos do autor vão ao encontro das taxas de homicídios no Brasil, contexto negro. Entre 2009 e 2019, mais de 333.000 adolescentes e jovens foram assassinados no país, impactando particularmente os jovens, que muitas vezes são vítimas de homicídios e outras formas de violência.

Tabela 2: Brasil - Taxa de homicídios dolosos por Estados da Região Norte (2009 a 2019)

Estados da Região Norte	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2009 a 2019	2018 a 2019	2014 a 2019
Brasil	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	27,8	21,7	-20,3%	-22,1%	-27,4%
Acre	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	47,1	36,9	66,5%	-21,7%	25,5%
Amapá	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	40,8%	-16,9%	25,2%
Amazonas	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	37,8	38,4	42,3%	1,6%	20,0%
Pará	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	53,2	39,6	-1,6%	-25,6%	-7,3%
Rondônia	35,8	34,9	28,5	33,1	27,9	33,1	33,9	39,3	30,7	27,1	25,2	-29,7%	-7,1%	-23,9%
Roraima	28,0	26,9	20,6	30,7	43,8	31,8	40,1	39,7	47,5	71,8	38,6	38,0%	-46,2%	21,5%
Tocantins	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,6	35,9	36,7	29,0	29,6%	-20,9%	13,9%

Fonte: Cerqueira *et al*, (2021).

Essa “geração” pode ter dificuldades para se integrar na sociedade e alcançar seu potencial máximo. As taxas de homicídio são muito mais altas entre a população negra do que entre a população branca, e a violência policial, muitas vezes, afeta de forma desproporcional as comunidades negras. Outra preocupação é a violência contra mulheres, com mais de 50.000 assassinatos de mulheres entre 2009 e 2019, segundo Cerqueira *et al*, (2021). As mulheres negras são particularmente mais vulneráveis, com uma taxa de homicídio 2,6 vezes maior do que as mulheres não negras.

A violência armada é latente nas cidades, como afirma o Atlas da Violência 2021. Foram 439.000 assassinatos com armas de fogo entre 2009 e 2019. Isso equivale a uma média de 109 assassinatos por dia. A violência armada afeta de forma desproporcional as comunidades mais vulneráveis, incluindo as comunidades negras e indígenas.

Nessa perspectiva a criminalidade nos aglomerados urbanos passou a ser uma agenda para

a segurança cidadã. Não só a paisagem urbana foi modificada, mas os hábitos na vida cidadina. Com o passar dos anos, as pessoas passaram a ser reclusas do ambiente residencial, ajustando seus horários de saída para o trabalho, criando muros altos, cercas elétricas, ou mesmo, mudando-se para as cidades verticais com objetivo de fugir dos acontecimentos violentos que ora se apresenta no contexto metropolitano.

3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem exploratória-descritiva com análise quantitativa. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes primárias (Boletins de Ocorrência de homicídios dolosos de 2018 a 2020 da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas - SSP-AM) e secundárias (Censo Demográfico do IBGE de 2000, 2010 e 2022 para variáveis populacionais). São utilizadas ainda as bases territoriais do programa Ronda no Bairro, que inclui 30 Distritos Integrados de Polícia (DIPs) e 30 Companhias Interativas

Comunitárias (CICOMs), distribuídas em 63 bairros de Manaus.

O processamento e análise espacial são conduzidos por meio do software QGIS 3.42.2 "Münster", permitindo o georreferenciamento de registros de homicídio, a criação de mapas temáticos (densidade e hotspots) e a sobreposição nas divisões territoriais administrativas.

O referencial teórico ancora-se na revisão de artigos, livros dispostos nas plataformas Lattes/CNPq, SciELO e Google Acadêmico, fundamentada em autores como Santos (Geografia da Violência, 2008), Caldeira (Segregação Urbana, 2000) e Zaluar (Teorias sobre Criminalidade, 2004).

O tratamento estatístico inclui análise descritiva (frequências e médias), correlações entre variáveis territoriais e taxas de homicídio, e construção de indicadores compostos de vulnerabilidade. A validação dos resultados foi realizada por meio da triangulação de métodos (quantitativo, qualitativo e espacial), comparação com estudos similares em outras capitais e consulta, o que permitiu não apenas mapear a distribuição espacial dos homicídios dolosos, como compreender suas relações com as dinâmicas urbanas e sociais de Manaus, fornecendo subsídios para políticas públicas baseadas em evidências territoriais.

4 O Município de Manaus como Concentrador dos Homicídios no Estado do Amazonas

O Amazonas possui o maior território do país com 1.559.161,682 km². Sua população, de acordo com o censo do IBGE 2022, é de 3.941.175 habitantes, com crescimento de 13,12% entre os censos de 2010 a 2022 e tem uma densidade demográfica de 2,53 habitantes por km², considerada baixa, com uma média de 3,64 moradores por residência, distribuídos nos seus 63 municípios.

Estudos de Freire (1991) apontam a migrações distintas de pessoas de outros estados para a Região Norte a partir de 1970 com o advento da Zona Franca de Manaus. O autor observa que a

ocupação da região vem de povos ocidentais, uma população autóctone que abandonou seus locais de moradias para escapar da escravidão. Mas foi a partir do final do século XIX e início do século XX que passou a receber inúmeros nordestinos vindos para o Estado em busca de trabalho nos campos da borracha, era conhecida como a Belle Époque Amazônica.

O surgimento das vilas ou cidades ao longo dos rios da Amazônia foi marcado, inicialmente, pelo fim da segunda guerra mundial, por conta da economia local com base no látex retirado da borracha (*hevea brasiliensis*). O fim da segunda guerra mundial causou consequências econômicas desastrosas para o Estado do Amazonas. Houve uma queda no produto no mercado internacional, conseqüentemente, na Amazônia e o mercado passou a comprar os produtos da Malásia. Posteriormente, ocorreu uma debandada de investimentos na Amazônia por conta da grande dificuldade em exportar o Látex da região. A falência dos seringais também se sentiu nos bancos, na redução do capital local, no abandono dos seringais, o que forçou os produtores ribeirinhos a se deslocarem para moradas nas calhas dos rios em pequenas cidades, assim povoando-os ao longo dos rios da região. Os pequenos municípios passaram a ser mais povoados, mas sem nenhuma infraestrutura e atividade econômica, e ficaram abandonados à própria sorte, nos vazios geográficos da região (Benchimol, 1999).

Com a criação da Zona Franca de Manaus a partir de 1970 houve um movimento intensificado do fluxo migratório à periferia-centro no Amazonas. Manaus passa a ser o centro da economia, das relações de consumo, referência em saúde e educação na região. Também, torna-se polo de bens de consumo duráveis importador para todo o país, atraindo gente de municípios do Amazonas e de outros Estados (Daou, 2004).

A Possibilidade de uma vida melhor na capital, forçou milhares de pessoas ao longo dos anos a se deslocarem para Manaus à procura de trabalho nas indústrias multinacionais que ora se

instalavam. Essa migração populacional ao longo dos anos influenciou questões sociais, econômicas e demográficas na cidade e na região, como observou Bentes (1983). O autor sinaliza nove requisitos que podem estar ligados a esse movimento: familiares, educacionais, econômicos e financeiros, trabalho, saúde, ambientais, pessoais, locais e a Zona Franca de Manaus, onde posteriormente se instalou o Polo Industrial de Manaus (PIM).

O município Manaus foi assim se afirmando como centro concentrador da economia regional globalizada, nó dissipador de fluxos diversos. A capital do Amazonas concentra boa parte da rede de saúde, transporte, bancária e etc, o que torna a cidade um importante indutor de concentração populacional.

4.1 Transformações urbanas e a periferização da criminalidade em Manaus

A concentração populacional foi se aglomerando ao passar dos anos em Manaus e mais recentemente em municípios próximos. E isso, teve consequências sociais, econômicas e ambientais. Em 1964 Manaus tinha 34 bairros, em 2010 passou para 63, distinguindo as zonas Norte (34%) e Leste (31%). Por sua vez, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amazonas, em 2022 foi de R\$149,67 bilhões. Nesse contexto, Manaus se consolida entre as primeiras cidades com maior PIB da região Norte, sendo que a participação no PIB nacional é de 1,2%, o que corresponde a R\$91,8 bilhões (FECOMÉRCIO, 2023). O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos e serve para medir o desempenho da economia.

Manaus é protagonista por concentrar a maior fatia populacional do Estado do Amazonas, sendo (52%) em 2019. Segundo esse censo do IBGE, comportava 39% dos estabelecimentos de saúde, 20% dos estabelecimentos de ensino, 52% de estabelecimentos com outras finalidades, além de possuir instalado o PIM. Por essas razões que Manaus continua atraindo grande parte da população, produtos e serviços.

A migração que ora se aglomera na capital trouxe inúmeros conflitos urbanos. A população manauara se espria para novos bairros da zona Norte e Leste, acirrando as desigualdades sociais entre as classes. Novas periferias se apresentam como a Comunidade São Pedro, Cidade de Deus e Monte Horebe na zona Norte, trazendo consigo violência urbana, degradação ambiental, entre outros conflitos sociais urbanos que o ente federado não conseguiu conter por meio de iniciativas de gestão de políticas urbanas para este estrato da população (Nascimento, 2011; Oliveira, 2003).

A paisagem urbana e a dinâmica da vida em Manaus ganharam novos significados com a construção de edifícios em locais privilegiados, construções de condomínios luxuosos, construção de shopping centers, modificando o organismo urbano. Em meio a essas mudanças urbanas se observa o distanciamento econômico entre classes sociais. A miséria e a pobreza são mais evidentes. Os programas sociais governamentais não são suficientes para diminuir o abismo de renda e da pobreza nas periferias, criando verdadeiros bolsões de miséria nas periferias manauaras.

Manaus apresenta singularidades quando observado os crimes de homicídios. Gama (2018) ressalta que a dinâmica da violência, geralmente, está concentrada em três ou quatro bairros e quase sempre está relacionada aos crimes de tráfico de drogas e dos denominados *risk factors*, como álcool, drogas e armas de fogo. As taxas de homicídios nem sempre estiveram acima em comparação a outras capitais. Essa característica foi mudando ao longo dos anos na capital e no Estado do Amazonas.

Até meados de 2000 apresentava taxas inferiores à média nacional, mas ao longo da segunda metade dos anos 2000, apresentou uma escalada da violência homicida dolosa na capital, espriando-se para outros municípios em uma dinâmica que acompanha o processo de interiorização da violência para os municípios metropolitanos.

Esses dados são mais aparentes na capital, muito por conta da característica geográfica do Estado por fazer fronteira com os países maiores

produtores de coca no mundo (Peru e Colômbia). Este território gera conflito entre as principais facções do Brasil: o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (VC) e Família do Norte (FDN), e que tem reflexos no município (Gama, 2018; Nascimento, 2011; Oliveira, 2018).

Corroborando estudos de outros autores, Gama (2018) apresenta as taxas de homicídios na Região Metropolitana de Manaus e Município de forma comparada. O autor usa da padronização direta dos dados, tendo como padrão a população Brasil, com dados de mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS). O estudo aponta que, apesar da padronização dos dados, a capital Manaus ainda continua com a maior taxa de mortalidade na Região Norte no período de 1980 a 2014. O maior registro no período em Manaus foi em 2011, com 46,59 óbitos por 100 mil habitantes. Os dados quando não padronizados ficaram superestimados, ocasionando elevadas taxas na capital e na Região Metropolitana, muito por conta das diferenças das faixas etárias.

Em outro estudo, Cerqueira *et al* (2018) apontam para taxa de mortes violentas em 48,6 para cada 100.000 habitantes em Manaus¹⁷. A vulnerabilidade juvenil atinge 11% de pessoas de 15 a 24 anos que nem estudam e nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, nesta mesma idade a taxa de desocupados é de 20,5%. Um olhar mais crítico quando observado o Centro da cidade ou pelos centros comerciais dos bairros da zona Leste e Norte percebe-se a quantidade de pessoas que estão em atividades informais que disputam espaços com lojistas e clientes em busca de renda (Cerqueira *et al*, 2018).

Em meados de 2011 uma política de redução da criminalidade foi implementada pelo governo Estadual com o programa “Ronda no Bairro”, que teve investimentos na ordem de mais 380 milhões somente na capital. O resultado foi imediato na

redução de roubos, furtos e homicídios, houve aumento do encarceramento como apresentou Nascimento *et al* (2017).

No período foram mais de 113 mil pessoas presas ao longo de 16 anos. Deste total, 73% foi registrado em Manaus, sendo que 27% nos demais municípios do Estado. Nesse período, segundo Nascimento *et al* (2017) a capital do Amazonas apresentou 83.520 prisões, das quais o sistema de segurança autuou 87% (72.715) das pessoas acusadas. Houve um incremento de 399,3% de pessoas presas no período, com destaque para 2011 a 2014, quando o programa da segurança pública, “Ronda no Bairro”, teve sua efetivação.

No entanto, foi a partir de 2015 que a criminalidade recrudescer não apenas na capital amazonense, mas em todo o estado. Nesse período, facções criminosas originárias do Sudeste brasileiro consolidaram sua atuação na região, estabelecendo alianças estratégicas com grupos locais, como a *Família do Norte*, e intensificando seus conflitos com o *Comando Vermelho*. Essa disputa territorial assumiu contornos particularmente letais, materializando-se em rebeliões carcerárias de extrema violência, decapitações e corpos mutilados abandonados em vias públicas e igarapés de Manaus - expressões máximas da barbárie que passou a caracterizar o crime organizado na região (Gama, 2018; Manso; Dias, 2018; Nascimento *et al*, 2017).

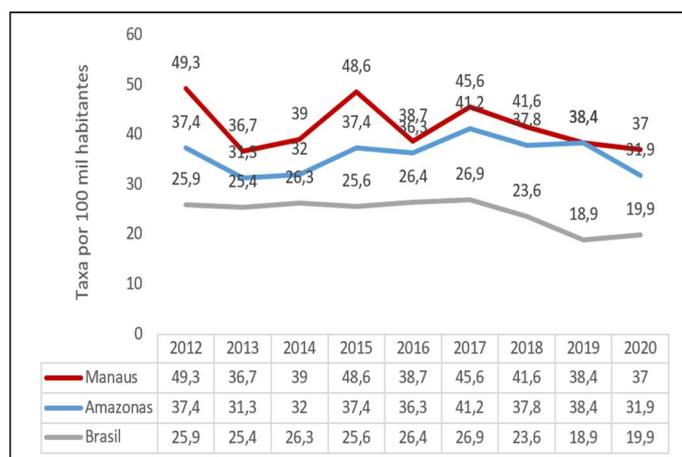
4.2 Manaus como centro da violência extrema na região Norte

Quando analisados os dados sobre homicídios no município de Manaus no período de 2012 a 2020, nos Boletins de Ocorrências (BO), com informações do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), os dados se mostraram alarmantes. Foram registradas 7.575 mortes com consequência de homicídios, com média de quase 842 mortes por ano e 70 por mês, quase 3 mortes por dia.

¹⁷ As taxas de homicídios por 100.000 habitantes, neste caso, devem ser vistas com cautela, uma vez que esses dados estão

agregados às Mortes Violentas Com Causas Indeterminadas (MVCI). Os homicídios apresentam dados elevados, o que pode implicar na subestimação dos dados.

Gráfico 2: Manaus - números absolutos de homicídios, período de 2012 a 2020



Fonte: Sinesp, produção dos autores (2023).

O município de Manaus continua a registrar índices significativos de homicídios, em comparação com outros municípios do país e do próprio estado. Esses números apresentam oscilações, com momentos de aumento acentuado e posterior

declínio, porém permanecem elevados, ultrapassando as taxas tanto em nível nacional quanto estadual. Essas taxas refletem os diversos conflitos que ocorrem dentro do ambiente urbano, expondo os embates interpessoais e as disputas territoriais em alguns bairros de Manaus protagonizadas por facções criminosas. Muitas vezes, as vítimas possuem vínculos com atividades relacionadas ao tráfico de drogas (Gama, 2018; Nascimento et al, 2017).

Quando observados os registros desses assassinatos nos bairros de Manaus, concentram-se nos da periferia, tais como: Jorge Teixeira e São José Operário na zona Leste; Compensa e Tarumã na zona Oeste; Cidade de Deus, Novo Aleixo e Cidade Nova na zona Norte, e Centro da Cidade. O que chama atenção é que quase sempre os homicídios são cometidos em locais de margens de igarapés, becos, ruas de difícil acesso, e no caso da zona Leste, concentrado no bairro Jorge Teixeira.

Tabela 3: Manaus – Número de homicídios dolosos absolutos, Subsetores de atuação policial, período de 2018 a 2020

Área	DIP	SUBSETORES	2018		2019		2020		2018 a 2020	
			Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
Norte	6° DIP	6.1 a 6.8	33	3,70	32	3,81	19	2,89	84	3,52
	13° DIP	13.1 a 13.5	38	4,26	32	3,81	33	5,02	103	4,31
	15° DIP	15.1 a 15.6	22	2,46	43	5,13	16	2,44	81	3,39
	18° DIP	18.1 a 18.8	26	2,91	34	4,05	29	4,41	89	3,73
	26° DIP	26.1 a 26.8	43	4,82	52	6,20	38	5,78	133	5,57
	27° DIP	27.1 a 27.7	72	8,06	50	5,96	46	7,00	168	7,03
	Total		234	26,20	243	28,96	181	27,55	658	27,54
Leste	4° DIP	4.1 a 4.6	30	3,36	21	2,50	30	4,57	81	3,39
	9° DIP	9.1 a 9.6	35	3,92	34	4,05	12	1,83	81	3,39
	11° DIP	11.1 a 11.5	29	3,25	18	2,15	13	1,98	60	2,51
	14° DIP	14.1 a 14.5	30	3,36	31	3,69	12	1,83	73	3,06
	25° DIP	25.1 a 25.5	37	4,14	14	1,67	8	1,22	59	2,47
	28° DIP	28.1 a 25.3	9	1,01	9	1,07	4	0,61	22	0,92
	29° DIP	29.1 a 29.3	3	0,34	5	0,60	4	0,61	12	0,50
	30° DIP	30.1 a 30.8	61	6,83	36	4,29	33	5,02	130	5,44
Total		234	26,20	168	20,02	116	17,66	518	21,68	
Centro-Oeste	10° DIP	10.1 a 10.7	18	2,02	31	3,69	17	2,59	66	2,76
	17° DIP	17.1 a 17.8	12	1,34	8	0,95	18	2,74	38	1,59
	Total		30	3,36	39	4,65	35	5,33	104	4,35
Sul	1° DIP	1.1 a 1.7	17	1,90	31	3,69	11	1,67	59	2,47
	2° DIP	2.1 a 2.7	26	2,91	31	3,69	19	2,89	76	3,18
	3° DIP	3.1 a 3.9	41	4,59	41	4,89	39	5,94	121	5,06

	7° DIP	7.1 a 7.7	12	1,34	29	3,46	11	1,67	52	2,18
	24° DIP	24.1 a 24.8	60	6,72	59	7,03	45	6,85	164	6,86
	Total		156	17,47	191	22,77	125	19,03	472	19,76
Oeste	5° DIP	5.1 a 5.7	17	1,90	20	2,38	13	1,98	50	2,09
	8° DIP	8.1 a 8.7	55	6,16	36	4,29	80	12,18	171	7,16
	19° DIP	19.1 a 19.5	20	2,24	25	2,98	15	2,28	60	2,51
	20° DIP	20.1 a 20.5	52	5,82	51	6,08	37	5,63	140	5,86
	21° DIP	21.1 a 21.6	47	5,26	27	3,22	29	4,41	103	4,31
	Total		191	21,39	159	18,95	174	26,48	524	21,93
Centro-Sul	12° DIP	12.1 a 12.6	13	1,46	11	1,31	9	1,37	33	1,38
	16° DIP	16.1 a 16.6	3	0,34	14	1,67	9	1,37	26	1,09
	22° DIP	22.1 a 22.7	12	1,34	11	1,31	2	0,30	25	1,05
	23° DIP	23.1 a 23.6	20	2,24	3	0,36	6	0,91	29	1,21
	Total		48	5,38	39	4,65	26	3,96	113	4,73
Total			1738	195	1639	195	1288	196	4665	195

Fonte: Sisp/Sinesp, produção dos autores (2023).

Há de se observar que são 30 Distritos Integrados de Polícia na capital, assim como 30 Distrito de Polícia, no entanto, nem todos funcionam como central de flagrante, o que pode indicar registros em DIPs que não fazem parte da área de atuação.

Na zona Leste, durante o triênio, o total de homicídios alcança a cifra de 563. Esses dados consolidados revelam que as taxas de homicídio, em certos bairros, experimentaram aumentos consideráveis. Um exemplo disso é o bairro Distrito Industrial II, onde a variação entre 2019 e 2020 foi de 175%, partindo de 135,3 óbitos por 100 mil habitantes, no início do período, e chegando a 330,7 óbitos em 2020, indicando um aumento acentuado de 144%.

Outros bairros na zona Leste requerem uma análise mais minuciosa, dadas as taxas de homicídio elevadas em 2018: São José Operário (68,6); Puraquequara (66,5); Jorge Teixeira (60,8); Zumbi dos Palmares (55,2) e Coroadó (49,3). No ano seguinte, em 2019, as taxas ainda se mantêm elevadas, com destaque para o bairro São José que registrou um aumento de 7% em relação a 2018. Enquanto isso, os demais bairros da mesma região começaram a apresentar declínio nas taxas, com exceção do bairro Distrito Industrial II.

Na zona Oeste, o bairro Compensa registrou 60 óbitos por cada 100 mil habitantes, no ano de 2018, e esse número aumentou para 84,6 óbitos em 2020, representando um crescimento de 41%. Seu vizinho, o bairro Santo Agostinho, também situado na zona Oeste, concentra as mais elevadas taxas de homicídios intencionais nesta região. Contudo, é importante direcionar a atenção para os bairros Tarumã e Tarumã-Açu, também na mesma zona. Essa atenção é suscitada pelos registros de 2018, que apontaram uma taxa de 37,14 homicídios por 100 mil habitantes, seguida por um recrudescimento nos anos subsequentes.

O bairro do Tarumã se destaca como um local de edificações de padrão elevado na cidade, beneficiando-se de uma infraestrutura privilegiada. Estas construções de alto padrão resultaram em uma valorização substancial dos terrenos, e foram acompanhadas por investimentos públicos que englobam melhorias estéticas, presença de instituições bancárias, um shopping center, serviços de transporte, entre outros. O bairro efetua um papel de núcleo valorizado que se estende em direção à zona oeste, expondo as áreas menos valorizadas da cidade à medida que avança em direção às zonas Norte e Leste. Porém, tal expansão não é uniforme, com certas vias exibindo condições de acesso

precárias e uma escassa intervenção por parte do governo estadual.

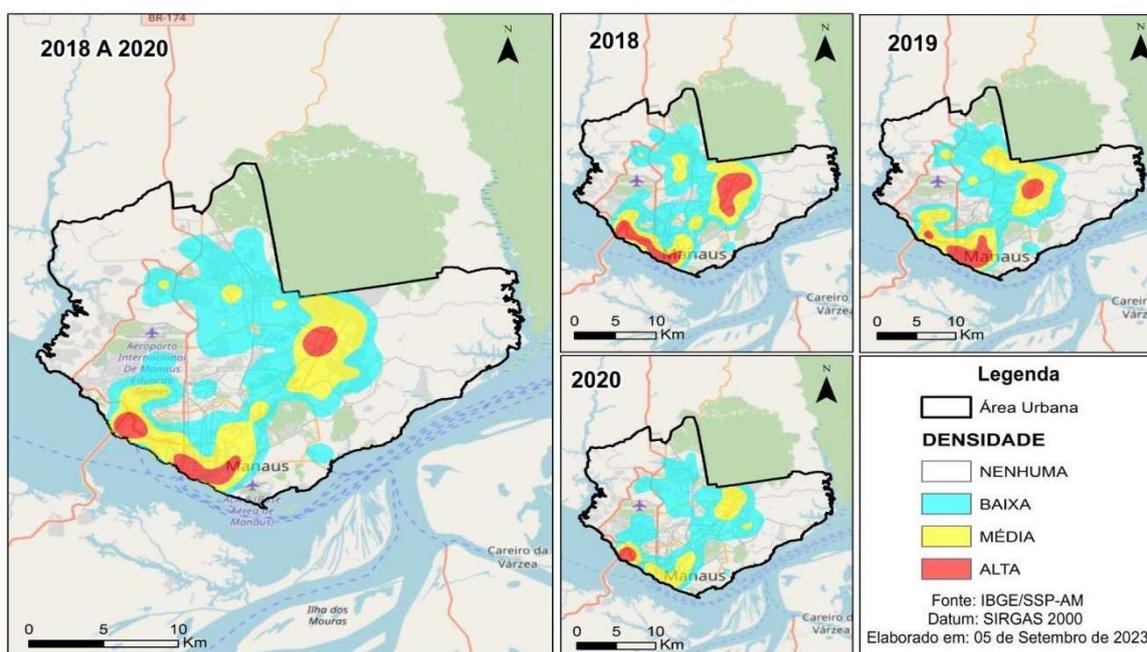
Durante o período de três anos, os registros de homicídios dolosos continuaram a ser notavelmente influenciados pelos homens, totalizando 2.207 casos (92,4%). O grupo etário dominante permanece entre 15 e 29 anos. Dentro desse intervalo, as vítimas de homicídio representam 57,8% do sexo masculino e 54,7% do sexo feminino. A taxa de mortalidade por homicídio em Manaus ao longo do triênio foi de 23,6; 18,9 e 19,9, por 100 mil habitantes, respectivamente, destacando-se que esse risco foi 12 vezes superior entre os homens em relação às mulheres.

No período em análise, observa-se uma aparente alteração nos padrões espaciais dos homicídios. No ano de 2018, é evidente a concentração dos registros de homicídios dolosos

nas zonas Leste, particularmente nos bairros Cidade de Deus e Jorge Teixeira, ao passo que as zonas Sul e Oeste exibem também zonas de calor, o que evidencia maior registros de casos de homicídios naquela zona, assim como no Centro da cidade, Colônia Oliveira Machado e Crespo. Na zona Oeste, especificamente nos bairros Compensa, Vila Marinho e suas áreas circundantes, a incidência de tais crimes parece ser mais acentuada, representada no mapa por cores menos intensas.

Há de se observar que a dinâmica da criminalidade violenta letal (homicídios dolosos) apresenta claro padrão em alguns bairros e essa dinâmica pode indicar pontos importantes para a gestão do policiamento especializado como o convencional o que poderá surtir efeitos na redução dos crimes letais

Mapa 1: Manaus - Mapas de calor de homicídios dolosos, período 2018 a 2020.



Fonte: Sisp/Sinesp, produção dos autores (2024).

É importante analisar a evolução dos homicídios dolosos em Manaus considerando a diversidade da dinâmica criminal e urbana, que a distingue de outras capitais brasileiras. Alguns aspectos comuns a Manaus: sua população apresenta perfil demográfico dinâmico, indicando um envelhecimento populacional e um aumento na concentração de pessoas no município. Além disso, o reflexo do tráfico de drogas desempenha um papel significativo, tanto no âmbito municipal quanto na fronteira norte do Brasil, quando dos acontecimentos violentos na região. A política de segurança pública que tem sido implementada desde 2012 e foi revista em

2019, também desempenha um papel importante, embora com impactos ainda limitados nos conflitos intencionais letais urbanos, principalmente, nos espaços periféricos.

5 Considerações Finais

Este estudo evidenciou a intrínseca relação entre dinâmica urbana, desigualdades socioespaciais e criminalidade violenta no município de Manaus, analisando os homicídios dolosos entre 2018 a 2020. Os resultados mostram que os padrões territoriais da violência estão ancorados em periferias marcadas por precariedade infraestrutural, ocupações irregulares e ausência de políticas públicas efetivas. A concentração de casos em áreas específicas – como em limites entre territórios de facções ou próximas a igarapés – revela como a segregação espacial alimenta ciclos de violência. O perfil das vítimas (homens jovens, negros, moradores da periferia) reflete, ainda, a intersecção entre exclusão social, racismo estrutural e vulnerabilidade territorial.

A análise demonstrou que a urbanização acelerada e desordenada de Manaus, impulsionada por fluxos migratórios e pela industrialização, criou um cenário propício à emergência de conflitos urbanos. A formação de "vazios institucionais" em áreas periféricas permitiu que economias ilegais se consolidassem como alternativa à marginalização econômica. No entanto, a pobreza não determina linearmente a criminalidade, mas sim a combinação entre falta de oportunidades, acesso desigual à cidade e presença de *organizações criminosas* que exploram essas fissuras.

Os achados do trabalho reforçam a urgência de políticas públicas que articulem segurança, urbanização e inclusão social. A mera repressão policial mostra-se insuficiente diante da complexidade do fenômeno. Ações integradas entre governo e sociedade podem ser pontos de inflexão para redução da criminalidade violenta, tais como: intervenções urbanísticas integradas – de regularização fundiária e investimentos em mobilidade, iluminação pública e equipamentos sociais em áreas críticas; inteligência territorial - uso permanente de geoprocessamento para monitorar padrões de violência e direcionar ações preventivas, integradas às novas tecnologias da informação e comunicação; enfrentamento às desigualdades - programas de geração de renda e educação em territórios vulneráveis, com foco em jovens em risco; - governança colaborativa - articulação entre município, estado, União e comunidades locais para desarticular redes criminosas e promover justiça espacial.

A violência extrema em Manaus é, em grande medida, um sintoma de falhas históricas no planejamento urbano e na distribuição equitativa de recursos. Transformar essa realidade exige reconhecer a cidade como um organismo vivo, onde segurança pública e direito à cidade são faces da mesma moeda. A participação ativa das comunidades no desenho de políticas locais surge como caminho indispensável para construir uma urbanização mais justa e menos violenta

Referências

- BEATO, C. Crime e cidades. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer, 1999.
- BENTES, Rosalvo. A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus. Dissertação de Mestrado. Belém, 1983 (mimeo).
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. EDUSP, 2000.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. 8 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto (repensando a geografia), 2007.

CERQUEIRA *et al.*. Atlas da Violência 2017. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2018.

_____ *et al.*. Atlas da Violência 2021. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2022.

DAOU, Ana Maria. A Belle Époque Amazônica. 3 ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004.

Federação do Comércio do Amazonas. Painel Economia do Amazonas. [online]. Manaus, 2023. Disponível em: https://www.feocommerce-am.org.br/ohs/data/docs/1/PAINEL-ECONOMIA-DO-AMAZONAS-FECOME%CC%81RCIO-AMAZONAS-ATUALIZAC%CC%A7A%CC%83O-13.04.2023_leitura.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Cartografias da violência na Amazônia. Coord.: Renato Sérgio de Lima; Samira Bueno; Aiala Colares Couto. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/22fbb4d8-4f91-49f6-9a2a-5b8440da21b7/download>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FREIRE, Bessa. A Amazônia Colonial (1616 - 1798). Manaus: Metro Cúbico, 1991.

GAMA, A. C. Evolução e Distribuição da Mortalidade por Causas Externas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/129-4.pdf>

HOBBSAWM, E. Novo século. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEMOS, A. I, G, de. Dimensão Ambiental da Urbanização Latino-Americana. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: USP, n.8, 1994. pp.79-83.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. A guerra – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MARICATO, E. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004. Acesso em: 28 de ago. 2024.

MARTINS, S. Prefácio. In: A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.7-13

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV(3), 1998. pp. 513-531.

MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo, Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

NASCIMENTO, A G. O. Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus entre 1980 a 2009. Tese de Doutorado. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio_Nascimento.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

NASCIMENTO, A. G. O; JANUÁRIO, J. R; SPÓSITO, M. Segurança Pública no Brasil: O Amazonas em perspectiva. Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

OLIVEIRA, Sandro Sales. Uso de Geotecnologias para identificação de ilícitos: Plantio de coca na fronteira Amazônica Brasil-Peru. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dicante/download/129-13.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

OMS, Organização das Nações Unidas. Relatório Mundial Sobre Prevenção da Violência 2014. Org. UNUDC, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2015.

PALEN, J. J. O mundo urbano. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Tradução Giselle Unti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEREIRA, José. Violência: uma análise do "Homo Brutalis". São Paulo: Alfa-omega, 1975.

SANTOS, Ailton Luiz dos; MASSULO, Fabio Amazonas. Um estudo Sobre Os Processos De Institucionalização E Desinstitucionalização Das Práticas Trazidas Pelo Programa Ronda No Bairro Às Polícias Civil E Militar Do Amazonas. Nova Hileia | Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia. ISSN: 2525 – 4537, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2018. ISSN 2525-4537. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/novahileia/article/view/1262>>. Acesso em: 13 maio 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008.

United Nations – UN. Department of Economic and Social Affairs Population Division. (2014). World Urbanization Prospects: the 2014 revision. New York: United Nations. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files/wup2014-highlights.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. FLACSO, 2015.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: O fenômeno urbano / Georg Simmel ... [et al.] ; organização e introdução de Otávio Guilherme Velho. 1967.

ZALUAR, Alba. Violência e crime no Brasil contemporâneo. Civilização brasileira, 2012.

_____. Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas. FGV, 2004.